

Dólares do jumbo chegam dia 9

A comunicação ao Brasil foi feita pelo presidente do comitê de bancos, William Rhodes: está fechado o jumbo de US\$ 6,5 bilhões e o País recebe US\$ 3 bilhões entre 9 e 23 de março, em três parcelas. O anúncio foi completado, aqui, por Afonso Pastore: entre 15 e 30 de março chega o dinheiro do FMI e, na pior das hipóteses, o mês terminará com a entrada de cerca de US\$ 4 bilhões.

Aproximadamente US\$3 bilhões do empréstimo-jumbo feito pelo Brasil, no valor de US\$ 6,5 bilhões, serão desembolsados a partir de 9 de março, segundo foi anunciado ontem em Nova York. O desembolso inicial, segundo o Citibank, será de aproximadamente US\$ 1 bilhão. Duas parcelas posteriores, de aproximadamente US\$ 1 bilhão cada uma, seguirão em intervalos de uma semana.

Não foi fornecida nenhuma data para a entrega dos restantes US\$ 3,5 bilhões do jumbo, que foi planejado para suprir as necessidades de dinheiro novo do Brasil em 1984; no entanto, acredita-se que isto deverá ocorrer ainda durante o primeiro semestre deste ano. Cerca de 700 bancos do mundo inteiro estão envolvidos no jumbo.

Uma declaração do comitê de bancos que assessoram o Brasil nas questões da dívida externa, divulgada ontem em Nova York, diz: "William R. Rhodes, presidente do Comitê de Assessoria Bancária para o Brasil, foi informado pelos bancos que estão agindo como agentes e coordenadores para a segunda fase do pacote de financiamento do Brasil, que eles receberam agora as assinaturas necessárias dos bancos internacionais credores do Brasil para permitir o desembolso da primeira parcela do contrato de novo dinheiro no valor de 6,5 bilhões de dólares."

"O Morgan Guaranty Trust Company de Nova York, agente do contrato de dinheiro novo, o Citibank, agente para o contrato de

reprogramação, o Chase Manhattan Bank, coordenador do contrato de financiamento comercial, e o Bankers Trust Company, coordenador do contrato interbancário, informaram todos que os contratos estão efetivos a partir de hoje", prossegue a nota, acrescentando: "O Morgan Guaranty irá aconselhar os bancos credores do Brasil que a primeira parcela, totalizando aproximadamente US\$ 3 bilhões em dinheiro novo, será desembolsada em quantias aproximadamente iguais, em três datas diferentes, com uma semana de intervalo entre si, a partir do dia 9 de março".

"Além do planejado desembolso bancário, a administração do FMI informou Mr. Rhodes que espera que o Brasil faça durante o mês de março a sua primeira aquisição deste ano de Direitos Especiais de Saque, correspondentes a 374 milhões de DES", conclui a nota.

Confiança evidente

Os contratos para os US\$ 6,5 bilhões, e outros itens da segunda fase do pacote de financiamento, foram assinados em Nova York no dia 27 de janeiro pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, por William Rhodes e representantes dos bancos envolvidos.

As três outras partes do pacote incluem uma reprogramação dos empréstimos a vencer em 1984, totalizando mais de US\$ 5

bilhões; programas para a manutenção continuada de financiamentos comerciais, no valor de aproximadamente US\$ 10,4 bilhões; e linhas de crédito interbancário no valor de aproximadamente US\$ 6 bilhões.

O pacote total, no valor de quase US\$ 28,5 bilhões, exigiu meses para ser negociado e, por ocasião do seu término, Rhodes o definiu como sendo evidência da confiança que a comunidade bancária internacional tem no Brasil.

Rhodes disse que o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões, que permitirá ao Brasil manter uma posição adequada de dinheiro vivo durante o resto de 1984, foi a maior soma isolada jamais levantada por um tomador de empréstimos soberano nos euro-mercados.

Os termos básicos do contrato de dinheiro novo e de reprogramação incluem um prazo de nove anos para pagamento com cinco anos de carência, e taxas de juros 2% acima da taxa interbancária londrina (libor), ou seja, 1,75% acima da taxa bancária dos Estados Unidos.

Os termos comparáveis para a primeira fase de 1983 referente a dinheiro novo e à reprogramação para o Brasil foram de oito anos, com 30 meses de carência, e taxas de juros de 2,16% acima da taxa libor, ou seja, 1,9% acima da taxa básica norte-americana.

**John Alius,
de Nova York.**

